

TEXTO ORIENTATIVO PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

ESCOPO ORIENTADOR

A Revisão do Plano Diretor de Campinas visa essencialmente definir os grandes objetivos do município. Levando em conta as dificuldades, as capacidades e as oportunidades existentes, traçará as grandes linhas para a construção de um futuro melhor para a população que habita e vive na cidade.

O Plano Diretor é um instrumento técnico e político importante, uma vez que indicará as políticas, os princípios e as diretrizes para o reordenamento da ocupação físico-territorial do município. Formulado o objetivo geral, a tarefa seguinte do processo de planificação consistirá em desenvolver os objetivos parciais e temáticos e as estratégias que os permitem alcançar.

O Plano Diretor Municipal Participativo pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras e indutoras da ação dos diversos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano, fazendo com que a propriedade urbana cumpra sua função social e que a cidade seja acessível e justa ao conjunto de seus habitantes.

Seguindo os parâmetros técnicos atuais, o Plano Diretor deverá ser composto basicamente de diretrizes gerais, que dêem conta da visão macro do município, ficando para um segundo momento a elaboração e/ou revisão dos Planos Locais e Planos Setoriais destinados a detalhar as regras para as áreas específicas da cidade.

A Revisão do Plano Diretor será elaborada a partir de uma leitura da cidade que temos, envolvendo temas e questões relativas aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, para embasar a formulação de propostas sobre modelos de desenvolvimento e de planejamento da ocupação do território, bem como a obtenção dos recursos necessários para a construção da cidade que desejamos.

Também deve definir estratégias para intervenção imediata, estabelecendo de forma clara os princípios a serem adotados, assim como prever e direcionar a execução de planos e projetos de mais longo prazo, para o atendimento dos objetivos pactuados com a sociedade.

Com sua revisão, o Plano Diretor deverá garantir a formulação de políticas públicas e de gestão do território, instrumentalizar o Poder Público no contexto do Estatuto da Cidade e prestigiar a visão participativa do processo.

É importante ressaltar que nem todas as alterações que se fazem necessárias, de modo geral, no que hoje ocorre no solo urbano, estão diretamente ligadas ao Plano Diretor, mas inseridas no contexto da revisão da legislação de Uso e Ocupação do Solo, do Parcelamento do Solo e outras, que serão objeto de abordagem posterior. No entanto, no Plano Diretor devem ser incluídas referências a critérios e diretrizes gerais norteadoras daquela legislação, no sentido de atender as necessidades urbanísticas.

Quanto à caracterização do desenvolvimento do município e sua inserção regional, em função da criação da região metropolitana, deverão ser atualizadas, levando-se em conta as ações governamentais já previstas, tanto no nível estadual e federal, a inter-relação com os municípios vizinhos, as demandas geradas, especialmente nas áreas de conurbação e as tendências de expansão.

O Plano Diretor Participativo constitui um instrumento importante para enfrentar, com êxito, o maior desafio que temos: A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE PARA TODOS.

PORQUE CAMPINAS DEVE FAZER A REVISÃO DO SEU PLANO DIRETOR?

- Porque o tempo decorrido entre o que se planejou em 1996 e o que foi efetivamente realizado, exige uma revisão de objetivos, metas, procedimentos e estratégias, uma vez que há novos problemas a serem avaliados e enfrentados.
- Porque o crescimento e desenvolvimento da cidade, alterou ou acrescentou realidades municipais, que precisam ser atualizadas;
- Porque com o advento do Estatuto da Cidade foram disponibilizados novos instrumentos de gestão urbanística para o planejamento de cidades mais justas e equilibradas, sob o aspecto físico, ambiental, econômico e social;
- Porque o plano atual se encontra em vigência desde 1996, e de acordo com o Estatuto da Cidade, este deverá ser revisto pelo menos a cada dez anos.
- Porque a revisão do Plano Diretor cria uma importante oportunidade para a comunidade que habita e desenvolve suas atividades no município, refletir, discutir e definir o que deve ser feito para que todos possam viver numa cidade melhor, mais justa, mais bonita e mais saudável.
- Porque um bom planejamento da cidade pode evitar improvisações, a estagnação econômica, as calamidades públicas, uso indevido dos instrumentos urbanísticos e o desperdício de recursos, dentre outras coisas.

PREMISSAS

O Plano Diretor de Campinas precisa ser revisto à luz da ordem constitucional de nosso país, e das disposições do Estatuto da Cidade, bem como das rápidas mudanças havidas nos campos da economia, da ciência, da tecnologia e do próprio debate cultural e urbanístico pelo qual o mundo vem passando ao longo da última década.

A concepção da cidade sustentável, deve nortear todo o processo de elaboração do Plano Diretor. Estaremos construindo um planejamento a partir dos potenciais sociais, econômicos e ambientais para a garantia, tanto no presente, quanto no futuro, do uso democrático e sustentado dos recursos disponíveis.

Todo o desempenho da política de desenvolvimento urbano deve ter por fio condutor o interesse social, isto é, aquele diretamente concernente à atenuação das desigualdades sociais e à melhoria das condições de vida da população.

É imperativo ter uma cidade conectada, que fortaleça os vínculos interurbanos e os vínculos rural-urbanos e facilite os fluxos de informações, pessoas, mercadorias, bens e serviços intra e inter-regionais. Consolidando uma cidade protagonista do desenvolvimento econômico, que busca ampliar sua competitividade nos mercados regionais, nacionais e internacionais.

A cidade deve ser lugar de convivência e bem-estar social, onde se busca assegurar para todos os cidadãos o direito de acesso aos benefícios da urbanização, reduzindo as disparidades econômicas, as desigualdades sociais e as situações de risco e marginalização.

O objetivo é intervir no espaço público com a perspectiva da ampliação dos direitos sociais e políticos de cidadania. Construindo uma cidade integrada que se desenvolva pela ação articulada das parcerias entre governo e sociedade, buscando novas formas de gestão democrática dos recursos econômicos, tecnológicos, humanos e sociais, em consonância com o meio ambiente natural e construído.

VISÃO ESTRATÉGICA

Para obtermos sucesso com o Plano Diretor, precisamos ler o passado, olhar para o futuro, definir estratégias e as respectivas ações de implementação.

O Plano deve contemplar:

- o estado atual do território
- uma visão para o município
- os princípios em que se baseou
- os objetivos estratégicos
- diretrizes e instrumentos

Para se delinear os objetivos estratégicos devemos avaliar:

- como estamos
- onde podemos chegar
- onde estaremos dentro de 15/20 anos

A visão estratégica de um território corresponde ao modelo de futuro desejado. A distância entre o futuro desejado e a realidade existente exige identificar os eixos fundamentais para o desenvolvimento da cidade, e, juntamente com as potencialidades e vocações do município devem configurar as estratégias de ação.

Dentro da visão estratégica há três aspectos cruciais para o desenvolvimento futuro: o econômico, o social e o físico. O enunciado de atributos formulados em termos de desejo, juntamente com as potencialidades e vocações do município em todos os âmbitos, configurarão a visão.

A etapa mais importante é a leitura da cidade e a incorporação no texto das propostas e contribuições da sociedade civil. A nossa intenção é ter um Plano Diretor articulado com a participação da comunidade.

GESTÃO

Primeiro, é preciso pensar que resultado se quer, para depois definir que mecanismos devem ser transformados. Identificar objetivamente o que precisa ser feito e, depois, subordinar a organização, a estruturação, a normatização, o arranjo de pessoas em equipes à busca do resultado. Este é um ponto importante de mudança na qualidade da gestão do processo.

A construção do Plano Diretor Participativo passa também pela harmonização de idéias, pela integração de pontos de vista, pela compatibilização de projetos e de ações entre os níveis político e técnico da prefeitura e da sociedade.

Sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEPLAMA, a parceria e o trabalho em rede deve ser incentivado, sobretudo no esboço das políticas e na formulação dos programas, aproveitando o conhecimento máximo acumulado dentro do governo e entre o governo e a sociedade civil.

Para isso é necessário revisar conceitos e instrumentos existentes, aprofundar e equalizar o debate em torno da gestão da cidade, visando a construção de um processo de gestão municipal integrada, responsável e moderna, que utilize ferramentas, tanto para identificar e priorizar opções e problemas urbanos-ambientais, quanto para monitorar sua implementação, utilizando-se de geotecnologias e incorporando a ciência e a tecnologia para a requalificação da cidade.

METODOLOGIA

A discussão sobre a revisão do Plano Diretor precisa se dar sob o enfoque de sua finalidade:

- para quê?
- qual o sentido de se revisar?
- qual o resultado final que se quer obter, uma vez que o Plano esteja revisado?

A partir daí, sabe-se qual revisão deve ser feita e de que maneira deve ocorrer a transição do Plano Diretor que se tem para o Plano que se deseja.

Diagnóstico da Situação

- Caracterização Geral do Município
- Análise Especializada

Deve ser elaborado um texto de síntese e de leitura fácil, porque pretende ser acessível e facilmente apreendido por quem o consulte. Resulta todavia de um esforço de reflexão e traduz as preocupações da coordenação e de ganhos de sinergia com outros trabalhos realizados ou em curso, em especial o Plano Diretor em vigência. Pretendendo suscitar discussão, transportará para relatórios posteriores a confirmação e afinação desses elementos de diagnóstico inicial, que será completado com outras informações que o processo participativo permite acrescentar e, sobretudo, permitirá criar a base para a construção coletiva de uma estratégia que a equipe procurará definir em concordância com o captado da sociedade.

Tarefas:

1. Consulta bibliográfica
2. Avaliação de estudos e planos existentes
3. Análise dos documentos de política nacional e regional
4. Atualização cadastral e estatística
5. Visitas para observação do território e suas dinâmicas
6. Encontros de discussão técnica para troca de informações e conhecimento (Executivo, Legislativo e Sociedade)

Processo Participativo

Outra etapa do trabalho é o acolhimento de propostas da população. A equipe técnica, possuidora de perfil multidisciplinar, deve saber ouvir e discutir idéias para o município, respeitando a legitimidade dos atores sociais, e buscando subsídios para elaboração de propostas que devem ir ao encontro da vontade dos cidadãos de Campinas.

Num processo que se pretende muito ativo, com a participação de indivíduos e representantes coletivos que se importam com o futuro da cidade, propõe-se a seguinte lista de instituições a serem ouvidas, admitindo-se o acréscimo de outras:

- Demais Secretarias e Órgãos Municipais
- Câmara Municipal
- Conselho da Cidade e demais Conselhos Municipais

- Ministério Público
 - Partidos Políticos
 - Sociedade Civil Organizada
 - Entidades e Instituições
- Interface intrametropolitana/intermetropolitano

Eventos:

- Audiências Públicas
- Reuniões ampliadas
- Reuniões setoriais
- Realizar encontros temáticos (seminários, palestras, debates)
- Plano de comunicação e divulgação (mídias, manuais, cartazes)
- Identificação de demandas e prioridades
- Site: Qualquer cidadão poderá enviar sugestões e propostas via Internet.

Eixos Estruturantes de Desenvolvimento da Cidade

Duas dimensões da cidade serão explicitadas neste processo de Revisão do Plano Diretor - o espaço e o tempo. A primeira representa a heterogeneidade espacial (centralidades e periferias urbanas), a segunda os diferentes ritmos presentes na cidade. As dinâmicas emergentes devem refletir estas duas dimensões na análise estratégica.

Os perfis da Cidade resultam da análise efetuada durante a avaliação estratégica e adequam-se ao seu potencial urbano, ambiental, cultural e sócio-econômico. Estes perfis são o mote dos eixos estruturantes de desenvolvimento da cidade.

A Avaliação estratégica refere-se a uma avaliação da cidade organizada segundo duas perspectivas distintas, mas necessariamente articuladas, que são a avaliação interna e a avaliação externa, permitindo a identificação das suas potencialidades e dos seus estrangulamentos. Potencialidades e estrangulamentos são elementos intrínsecos à própria cidade e a sua estratégia de desenvolvimento deve construir-se de modo a aproveitar os primeiros e a resolver ou diminuir os segundos.

Produção da Minuta do Projeto de Lei

Esta atividade pretende constituir uma peça escrita, de consolidação da informação e da reflexão realizada pela equipe técnica e pela comunidade, para favorecer a participação de todos os agentes envolvidos com o desenvolvimento municipal e com o desenhar do futuro coletivo.

Temas a serem abordados pela Revisão do Plano Diretor

- Área urbana e rural
- Divisão territorial
- Uso e ocupação do solo
- Meio ambiente
- Instrumentos urbanísticos
- Sistema viário, Transportes e Mobilidade Urbana
- Infra-estrutura urbana, Saneamento e Drenagem
- Habitação
- Saúde, Educação e Equipamentos Sociais
- Atividades econômicas
- Patrimônio histórico e cultural
- Integração Regional e Intermetropolitana